

ADOCIMENTO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: UM MODO DE ENDIVIDAMENTO

Jaqueline Marafon Pinheiro ¹
Betina Schuler ²

Resumo: Em se tratando do adoecimento docente, especificamente no Ensino Superior, muitos estudos vêm se debruçando sobre o tema em diferentes perspectivas. Este artigo se trata de um ensaio teórico que busca problematizar as relações entre um presente neoliberal e o atravessamento no Ensino Superior quanto aos modos de trabalho dos professores e professoras. Nesse sentido, o presente estudo parte de uma perspectiva pós-estruturalista de pesquisa para problematizar aspectos do adoecimento docente vinculados a um contemporâneo que prima pela aceleração, produtividade, fragmentação do trabalho e pela autoresponsabilização quanto às questões de saúde e doença. Para tanto, utilizaremos os conceitos e estudos de diferentes autores, em especial Sennett, Abílio, Han e Lazzarato para pensar especificamente o conceito de endividamento docente, resultante deste estudo, questão essa agravada pela Pandemia da Covid 19.

Palavras-chave: Adoecimento Docente; Endividamento; Ensino Superior.

Professor illness in higher education: a mode of indebtedness

Abstract: A number of studies have been addressing university professor illness from different perspectives. This theoretical essay aims to problematize the neoliberal present intertwining higher education regarding the work routine of professors. Thus, this study is based on a post-structuralist research perspective to discuss aspects of professor illness

¹ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - (URI). E-mail: jaquemp2017@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9085-2316>.

² Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. E-mail: beschuler@unisinos.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2424-7601>.

linked to a contemporary period that aims for acceleration, productivity, work fragmentation, and self-accountability regarding issues of health and disease. In this sense, we will use the concepts and studies of different authors, in particular Sennett, Abílio, Han, and Lazzarato to reflect upon the concept of the indebted man, resulting from this study, an issue aggravated by the COVID-19 pandemic.

Keywords: Higher Education; Indebted Man; Professor Illness.

INTRODUÇÃO

Os primeiros estudos relacionando saúde-doença com o ambiente de trabalho datam do início do século XIX, com um relatório apresentado pelo médico Louis René Villermé (1782-1863). Ele conclui, ao analisar a mortalidade em diferentes locais da cidade de Paris, que o número de mortes estava relacionado ao nível da renda. Do mesmo modo, o inglês Friedrich Engels começa a estudar, na Inglaterra (berço da Revolução Industrial), a relação entre as condições de trabalho e o adoecimento, percebendo que as duas situações estão intimamente relacionadas. (BACKES *et al.*, 2009). Corroboram com essa afirmativa Lourenço *et al.* (2012, p. 20) quando afirmam que:

Na Idade Moderna com a introdução da máquina a vapor intensifica-se o ritmo produtivo, as fábricas passam a demandar mais mão de obra, e as cidades crescem nas periferias, sendo que, as péssimas condições de trabalho começam a chamar a atenção dos administradores. O corpo, tomado como meio de produção pelo capitalismo emergente, torna-se objeto de políticas, práticas e normas, surgindo as primeiras regulações visando à saúde nas fábricas.

Foucault (2016) reforça essa ideia ao dizer que no século XVIII e XIX emerge a lidação do corpo como população, podendo citar aí os programas de saúde, assistência social, educação, no sentido de operar “o corpo enquanto força de produção, força de trabalho”. (Ibidem, p. 144). No século seguinte, através dos princípios tayloristas, que tinham o objetivo de racionalizar o trabalho, intensificam-se os estudos mais aprofundados acerca das relações entre os processos de adoecimento e o trabalho. Isto se dá, em partes, devido ao “desenvolvimento industrial e a acentuação da divisão entre concepção e execução do trabalho” (MENDES, 1995, p. 34), o que resulta em “graves prejuízos à saúde física e mental dos trabalhadores, em consequência de

prolongadas jornadas de trabalho, ritmo acelerado da produção, fadiga física” (Ibidem, p. 34), entre outros.

Um dos maiores precursores dos estudos dessa relação foi o francês Christophe Dejours, cujos trabalhos “criticam o modelo taylorista e demonstram que é a organização do trabalho a responsável pelas consequências penosas ou favoráveis para o funcionamento psíquico do trabalhador”. (Ibidem, p. 34). Rodrigues, Alvaro e Rondina (2006) confirmam esse posicionamento, afirmando que a relação do homem com o trabalho se constitui em uma relação difícil que apresentava, inicialmente, patologias somáticas³ e, a partir da década de 1960, com os estudos de Dejours, os sintomas psicopatológicos passam a ser considerados. Esses estudos, mostrando a relação entre trabalho e sofrimento emergem paralelamente ao aumento do desenvolvimento industrial do século XIX, “caracterizado pelo crescimento da produção, êxodo rural e concentração de novas populações urbanas, portanto, com destacado cunho sociológico”. (RODRIGUES; ALVARO; RONDINA, 2006, p. 2).

Com o avanço do modo de produção capitalista intervenções no mundo do trabalho alavancaram novas formas de organização e de exploração da força de trabalho. Os trabalhadores, dentre eles os da educação, são instados a ampliar seu universo formativo para se tornarem mais adaptáveis e para que consigam ingressar ou permanecer em seus postos de trabalho. (PICCININI, 2014, p. 68).

Sennett também aborda essa questão do mundo do trabalho em suas inúmeras transformações. Ao resenhar sobre a obra *A cultura do novo capitalismo* (SENNETT, 2006), os autores Fabris e Silva (2010, p. 318) dizem que o pesquisador:

[...] descreve as modificações ocorridas nas instituições contemporâneas que produziram ressonâncias no mundo do trabalho. Tais ressonâncias emergiram em um tempo no qual as desigualdades se multiplicaram, seja pela desestabilização dos modelos clássicos de emprego, seja pelo processo de globalização.

As ressonâncias a que Sennett (2009) se refere também dizem respeito às formas de contratação dos trabalhadores, as quais são mais flexíveis no presente e que acabam, por sua vez, denotando uma precarização do trabalho,

³ Entende-se por somática, nesse caso, como sendo os sintomas físicos como lombalgias, cefaleias, laringites, etc., por exemplo.

tendo como consequência a instabilidade, a provisoriidade e a incerteza do futuro, elementos despotencializadores na vida do trabalhador. Piccinini (2014, p. 70), quando fala da flexibilização tratada por Sennett para pensar as relações de trabalho no presente, assegura:

O modelo reconhecido como capitalismo flexível mantém as bases do trabalho no velho sistema opressor capitalista, mas com uma nova roupagem baseada em novas tecnologias, em novas formas de organização do tempo do trabalho, na especialização flexível da produção e na descentralização das responsabilidades. O autor afirma que a “ênfase na flexibilidade está mudando o próprio significado do trabalho”. (SENNETT, 2004, p. 9). As influências principais para o cotidiano do trabalhador se materializam na fragmentação do trabalho, do senso de comunidade e de família; no sentimento de deriva, entendido como risco ou fracasso; na falsa sensação de liberdade; na mobilidade acentuada por postos de trabalho e no paralelo aumento do tempo exigido no trabalho, com o cumprimento de metas de curto prazo; no medo de perder o controle de suas vidas; no individualismo, nas relações descartáveis e no preconceito. Trata-se do trabalho em uma sociedade baseada na reprodução social, na valorização e acumulação do capital, cujos efeitos se materializam na degradação social e ambiental.

Em se tratando do adoecimento docente, especificamente no Ensino Superior, muitas pesquisas vêm se debruçando sobre o tema, em diversas perspectivas teóricas. Nesse sentido, o presente estudo⁴ se propõe a discutir aspectos do adoecimento docente vinculados a um contemporâneo que prima pela aceleração, produtividade e autoresponsabilização quanto às questões de saúde e doença e fragmentação do trabalho. Para tanto, utilizaremos os conceitos e estudos de diferentes autores, em especial Sennett, Abílio, Han e Lazzarato.

O ENDIVIDAMENTO

Tais aspectos do contemporânea, como a fragmentação e flexibilização das relações, aumento do tempo exigido para o trabalho, cumprimento de metas em curto prazo, relações descartáveis têm forte atravessamento no processo de adoecimentos dos trabalhadores de modo geral. E isso se deve, em partes, ao que Lazzarato (2015), inspirado em Deleuze, chama de “endividamento”. Para o

⁴ Trabalho aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa.

filósofo, desde o momento do nascimento, o homem já contrai uma dívida com o Capital e só se livrará dela após a sua morte. Essa maquinaria capitalística atravessa a todos, independentemente da classe social, emprego ou etnia; vivemos por meio dessa dívida. Todavia, enquanto a maior parte do capital fica na mão de poucos, a grande parte da população é governada pela dívida. Para Lazzarato (Ibidem, s/p):

A economia neoliberal é uma economia subjetiva, isto é, uma economia que requer e gera processos de subjetivação cujo modelo deixou de ser aquele, como na economia clássica, do homem que realiza trocas e do homem que produz. Durante as décadas de 1980 e 1990, esse modelo foi representado pelo empreendedor (de si mesmo), segundo a definição de Michel Foucault, que resumia nesse conceito a mobilização, o engajamento e a ativação da subjetividade pelas técnicas de gerenciamento empresarial e de governo social. Desde o início das sucessivas crises financeiras, a figura subjetiva do capitalismo contemporâneo parece antes ser representada pelo “homem endividado”. Essa condição, que já existia, uma vez que está no cerne da estratégia neoliberal, ocupa agora todo o espaço público. Todas as designações da divisão social do trabalho nas sociedades neoliberais (“consumidor”, “usuário”, “trabalhador”, “autoempreendedor”, “desempregado”, “turista” etc.) são atravessadas pela figura subjetiva do “homem endividado”, a qual metamorfoseia todas as figuras anteriores em consumidor endividado, usuário endividado.

Para dar conta desta dívida a que Lazzarato (Ibidem) se refere, cabe aos trabalhadores, aqui especificamente pensando os professores do Ensino Superior, mergulhar cada vez mais profundamente em suas atividades laborais. Desse modo, Sennett (2006) também irá discutir o quanto as condições sociais estão se tornando instáveis e as instituições estão se fragmentando, o que tem como consequência vários desafios para os sujeitos que vivem nesta época atual. Logo, a forma como a sociedade capitalista opera em relação ao trabalho produz atravessamentos na maneira com os sujeitos estão se constituindo. Além disso, de acordo com o próprio sociólogo (Ibidem), um dos maiores desafios que temos de enfrentar diz respeito às metas e prazos impostos aos trabalhadores. O tempo tem se tornado cada vez mais escasso, o que impossibilita organizar e planejar as atividades a longo prazo. Pelo contrário, muitas vezes o sujeito é obrigado a utilizar sua capacidade de improvisação para dar conta das demandas que dele são exigidas. Tudo é muito rápido, cada vez mais rápido. E isso se aplica muito à educação no Ensino Superior, pois, considerando todas as atividades que esses

professores desempenham, podemos pensar o quanto do seu tempo é atravessado por preenchimento de burocracias, cálculos de sua produção e metas a serem cumpridas, o que evidencia a escassez do seu tempo.

Outro desafio a que Sennett (Ibidem) se refere diz respeito ao talento, à obrigatoriedade e capacidade de potencial das pessoas. Cotidianamente, quase que diariamente, as empresas oferecem e/ou exigem que seus trabalhadores realizem cursos de capacitação, sustentando, por assim dizer, que aquilo que seus funcionários sabem não é o suficiente para desenvolver as atividades pelas quais são responsáveis. E nunca o serão. Pois, depois da capacitação de hoje, haverá outra, e mais outra, e mais outra, afinal, os trabalhadores necessitam se “reciclar” a cada certo período de tempo. A formação continuada (que aqui poderia funcionar como um bonito exercício de auto formação) transforma-se, como a saúde, em mercadoria a ser consumida para aumentar o valor das pessoas como trabalhadores.

Assim, Sennett (Ibidem, p. 14-15) define nosso tempo, ajudando-nos a entender, inclusive, o deslocamento que aqui propomos para pensar o adoecimento docente:

Uma individualidade voltada para o curto prazo, preocupada com as habilidades potenciais e disposta a abrir mão das experiências passadas só pode ser encontrada - para colocar as coisas em termos simpáticos -, em seres humanos nada comuns. A maioria das pessoas não é assim, precisando de uma narrativa contínua em suas vidas, orgulhando-se de sua capacitação em algo específico e valorizando as experiências por que passou. Desse modo, o ideal cultural necessário nas novas instituições faz mal a muitos dos que nelas vivem.

Os trabalhadores, exigidos pela cultura desse novo capitalismo, para dar conta dessas exigências, se submetem e, por isso, o adoecimento. O autor também provoca a reflexão acerca da flexibilização que emerge com a nova cultura do capitalismo, questionando se esta é mais uma forma de opressão ou se vem incentivar o crescimento pessoal e profissional. Para ele, um dos principais fatores envolvidos nessa maquinaria diz respeito ao tempo. Ao tempo escasso, ao pequeno espaço de tempo em que tudo tem de ser realizado. Ao ler a obra *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (SENNETT, 2009), podemos facilmente tomar os professores que atuam no Ensino Superior nos dias atuais, pois, em sua visão, não há mais espaço para que o trabalhador pense e planeje a longo prazo, há uma enorme inconstância e instabilidade na manutenção dos empregos. Por isso, os profissionais necessitam

mudar a todo momento e ser muito ágeis; a atual lógica mercadológica exige isso, buscando um maior retorno. (Ibidem).

Aliado a essa discussão, apontamos como as novas políticas estão afetando também os professores universitários. Em julho de 2017 foi sancionada a nova Lei da Reforma Trabalhista, a qual começou a vigorar em novembro do mesmo ano. Tal Lei, no contexto deste estudo, vem contribuir para a sobrecarga e sofrimento dos trabalhadores, uma vez que precariza ainda mais as relações de trabalho. Por essa razão, alguns aspectos merecem destaque (BRASIL, 2017). A Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 não altera alguns direitos dos trabalhadores, como o direito ao 13º salário, remuneração maior por trabalho noturno, direito de greve, FGTS, seguro contra acidentes de trabalho, adicional por insalubridade ou periculosidade, horas extras, normas de saúde, higiene e segurança do trabalho, repouso semanal remunerado, aviso-prévio, licença-maternidade ou licença-paternidade, férias anuais com adicional de um terço do salário. Mesmo assim, muitas situações importantes passam a ser passíveis de negociação entre empregados e empregadores; e são essas situações que merecem atenção.

A partir da nova Lei da Reforma Trabalhista podem ser negociados: a jornada de trabalho, o trabalho em ambientes insalubres, o banco de horas, o plano de cargos e salários, o intervalo para o almoço, entre outros. Chamamos a atenção para dois pontos principais que têm íntima relação com a temática aqui abordada: a partir dessa nova lei, os trabalhadores podem passar a ter remuneração por produtividade, além de poderem trabalhar intermitentemente ou em regime de sobreaviso, ou, ainda, através do teletrabalho. (BRASIL, 2017).

Talvez, para alguns, à primeira vista, possa parecer que todos esses itens acima venham a melhorar a vida dos trabalhadores, visto que passariam a ter maior “autonomia” no seu trabalho (aliás, esta foi uma das justificativas utilizadas pelo Governo na época para tal proposta). Contudo, o juiz de Direito Jorge Luiz Souto Maior (2018) é enfático ao comentar sobre a lei que, segundo ele, “pretendeu alterar profundamente a regulação das relações de trabalho no Brasil, desprezando conquistas históricas e sufocando a ação sindical”. Validam esse pensamento Andrade, Lira e Pinto (2017, p. 150):

Se se trata de uma relação jurídica ontologicamente desigual, assimétrica, em que um dos sujeitos admite, assalaria, dirige, mantém o poder disciplinar, de mando, e, do outro, aquele que fica jurídica, econômica e psicologicamente subordinado; se ao empregador é conferido/assegurado o direito de vigiar e punir o empregado, impossível, enquanto for mantida esta relação assimétrica, típica de uma sociedade dividida em classes, ter a pretensão de acabar com o adoecimento forjado no meio ambiente

do trabalho. Pode ser minimizado, controlado enquanto se faz e se refaz continuamente [...]. Daí tratar-se de um trabalho que deve ser sempre protegido e não mais desprotegido como fez a “reforma”.

É necessário argumentar que as situações relativas à Lei da Reforma Trabalhista têm impactos muito importantes na vida e na saúde dos trabalhadores. Isso fica explícito na afirmação dos autores supracitados (Ibidem, p. 146):

A reforma trabalhista, ao dismantelar o sistema de proteção e seus caracteres de irrenunciabilidade, indisponibilidade e ordem pública, amplia significativamente as possibilidades de adoecimento e de promiscuidade/conflitividade no meio ambiente do trabalho - caso, por exemplo, da prorrogação desmedida da jornada, de contratos intermitentes e de possibilidades de renúncia de direito indisponíveis.

A Reforma Trabalhista vem em seguida (e talvez em consequência) do surgimento de um novo conceito nos regimes de trabalho: a “uberização” nas relações de trabalho. Uma das precursoras desse conceito, no Brasil, é Ludmila Costhek Abílio, que começou a estudar esse termo ainda em 2016. Tal vocábulo tem na sua origem/relação com o recente sistema de conexão motoristas-passageiros, tendo como maior representante a empresa denominada Uber⁵.

A UBERIZAÇÃO

Abílio (2017) afirma que essa uberização⁶ do trabalho já acontece há décadas, dizendo respeito às várias modificações do trabalho e às reconfigurações

⁵ A empresa Uber iniciou suas atividades em 2009, com o propósito inicial de fornecimento de serviço de táxi de luxo, com carros de altíssimo nível, na cidade de São Francisco, Califórnia - EUA. Porém, a *Uber Technologies Inc.* foi fundada oficialmente em junho de 2010, e hoje atua em mais de 476 cidades e em mais de 70 países. (KRAMER, 2017, p. 77). “Uber não é proprietária direta das ferramentas e meios de produção (o automóvel, o celular), mas controla ferreamente a propriedade da capacidade de agenciar, de tornar viável a junção entre meios de produção, força de trabalho e mercado consumidor, sem intermediação de um “emprego”. A empresa detém, juntamente com outras grandes empresas ou proprietários, a propriedade dos recursos sociais de produção”. (FONTES, 2017, p. 56). Ou seja, não há uma proteção legal (trabalhista) para quem desenvolve a função, trabalha como motorista, por exemplo.

⁶ Considerado o precursor do termo Uberização, Tom Slee na obra “Uberização: a nova onda do trabalho precarizado” realiza uma problematização da desregulamentação do trabalho em nome de certa “autonomia”, precarizando o trabalhador e enfraquecendo as regras democráticas.

do papel do Estado. Outros pontos importantes da uberização, segundo a autora, são a esfera do consumo na esfera do trabalho, a exploração do trabalho, a relação entre desenvolvimento tecnológico e precarização das condições trabalhistas. Em uma entrevista para o Instituto Humanitas Unisinos (IHU), em 2017, Abílio faz algumas colocações importantes acerca desse novo conceito.

Inicialmente, a autora destaca a abolição do vínculo empregatício. Com a uberização, as empresas não oferecem mais empregos e os empregados não trabalham para um empregador; essa relação, conhecida até pouco tempo como “empregado-empregador”, passa a ser percebida como “relação de parceria”. Quem faz o serviço e o dono do local onde o serviço é oferecido são “parceiros”, sem vínculo trabalhista algum. Tal relação oferece autonomia para o trabalhador, que administra seu próprio tempo e não precisa dar satisfação para seu superior. No entanto, ele arca com seus custos e assume, inteiramente, todos os riscos do seu trabalho, além de não contar mais com os direitos que, após muitos anos de luta, foram conseguidos pelos trabalhadores. Nas palavras de Abílio (Ibidem, s/p), esse conceito representa “uma forma de obscurecer a exploração e tornar ainda mais precária a condição do trabalhador”, pois “ao mesmo tempo em que se livra do vínculo empregatício, a uberização mantém, de forma um tanto evidente, o controle, o gerenciamento e a fiscalização sobre o trabalho”.

Em seguida, a autora utiliza o termo “*just-in-time*” para explicar que, através dessa expressão, o trabalhador deve estar disponível para ter seu trabalho utilizado conforme necessidade do capital. Ou seja, acontece quando a empresa parceira necessitar, lembrando que o capital não paga pela disponibilidade do trabalhador, mas conta sempre com ela. Isso significa, conforme Abílio (2017), que o trabalhador deve administrar a própria vida sem o respaldo das mínimas redes de proteção. Através da uberização, a empresa se permite o direito de pagar o trabalhador conforme bem entender. Por exemplo, uma empresa que atua no ramo de entrega de produtos em domicílio e conta, para isso, com vários *motoboys*. No período anual em que os pedidos de entrega são maiores, a empresa contrata os entregadores trabalhando setenta horas semanais; no período onde as entregas são menores, os entregadores trabalham, e recebem somente por cinquenta horas, o que pela uberização e pela Reforma Trabalhista com o regime intermitente é possível e legal.

Ainda, Abílio (Ibidem) fala acerca do consumo avaliado nessa relação. O trabalhador tem consciência de que seu trabalho está sendo constantemente avaliado pelo consumidor - talvez de forma mais intensa do que pelo

⁷ “Na-hora-certa” em tradução livre.

empregador, anteriormente⁸. E ele sabe que o sucesso do seu trabalho, bem como, um número maior de clientes, depende da boa avaliação por parte de quem acabou de utilizar o seu serviço. “Isto é muito interessante, porque a certificação sobre o trabalho sai da mão do Estado e de procedimentos publicamente estabelecidos e passa a se dar na relação entre gerenciamento da multidão de consumidores e o cultivo da força da marca”. (Ibidem, s/p).

Por fim, há o que consideramos como sendo o item mais delicado no que tange ao trabalho na perspectiva da uberização. Por esta forma, o trabalho se desprende da profissão; não há mais, necessariamente, profissionalização para trabalhar. Um exemplo disso é que o motorista de Taxi é um motorista profissional, ao passo que o motorista do Uber tem uma identidade flexível. Ele pode exercer esse trabalho apenas sendo portador de carteira de habilitação, ser um desempregado, um engenheiro, um professor fazendo uma renda extra.

A uberização chegou na Educação. Em julho de 2017 foi apresentado, como Projeto de Lei Complementar (PLC), pela Prefeitura de Ribeirão Preto (SP), um aplicativo de celular para a contratação de professores substitutos. O serviço funciona da seguinte forma: um professor que não puder comparecer ao trabalho comunica à escola que, por sua vez, disponibiliza no aplicativo a necessidade de alguém para substituir aquele professor. O trabalhador que responder em até trinta minutos poderá dar a aula e terá até uma hora para chegar à escola. Ele receberá por aulas individuais, sem nenhum vínculo empregatício com a escola ou Prefeitura. A justificativa para tal proposta se dá para suprir o elevado número de ausências dos professores por motivos de (falta de) saúde. (MOREIRA, 2017). Tal projeto já teve parecer contrário por parte do Conselho Municipal de Educação. É possível, ao analisar este PLC, constatar que as escolas estão atravessadas com questões de sofrimento, que os professores estão adoecendo, que as condições de trabalho docente não permitem que a atuação profissional seja minimamente adequada.

No entanto, na maioria das vezes, a preocupação da gestão não é pensar sobre essas questões, mas responsabilizar e punir o professor que, devido às situações supracitadas, acaba por adoecer. E entregar a performance do produto “aula” a qualquer preço (mesmo que o substituo que se apresentar não tenha nem condições de fazê-lo). Ou seja, não é o produto em si, mas a performance da entrega o que mais interessa. Daí a grande preocupação quando entendemos que

⁸ A isso, a autora chama de “terceirização da avaliação”, pois a avaliação deixa de ser tarefa da chefia e passa a ser de uma multidão de consumidores.

a educação se trata de formação humana mais do que a entrega de resultados quantificáveis.

Fortalecendo esse cenário identificado, o *Jornal Extra Classe*⁹ (publicação do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS), publicou, no dia 07 de janeiro de 2020, uma matéria falando de uma plataforma de cadastro onde os professores se cadastram (e pagam uma taxa para tanto) e passam por um “processo seletivo simplificado para formação de cadastro de professores”. Aqueles profissionais aprovados seriam chamados para substituir professores, ministrando aulas presenciais ou *online*. Ou seja, a uberização, já chegou à docência do Ensino Superior.¹⁰ Assim, podemos destacar que esses princípios de flexibilização, produtividade e avaliação pelo agora “aluno-consumidor” chega ao Ensino Superior, quando pensamos, por exemplo, também nas avaliações institucionais e como são operadas dentro de algumas Instituições de Ensino Superior (obviamente aqui não defende a generalização do argumento).

O EMPRESARIAMENTO ENDIVIDADO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Também, em se tratando especificamente dos professores do Ensino Superior, são inúmeras questões relacionadas com o adoecimento desses trabalhadores a partir de discussões específicas. A primeira delas diz respeito à forma de contrato que estes profissionais têm. Esse fato se torna mais delicado para aqueles que atuam em universidades privadas, pois, nesse caso, os professores não têm nenhum tipo de estabilidade no seu emprego, o que acaba sendo um aspecto que gera insegurança. (COUTINHO; MAGRO; BUDDE, 2011). Isso vem ao encontro do que Jillou e Cecílio (2015, p. 237) afirmam quando dizem que as instituições de Ensino Superior privadas estão vulneráveis economicamente, refletindo na sua sobrevivência e na sobrevivência dos profissionais que nelas atuam. Outra questão é que muitas das instituições privadas (não comunitárias) têm sistemas em que os “alunos-clientes” avaliam seus professores e tais avaliações poderão impactar em possíveis demissões. Assim, se o aluno-cliente não gosta da “mercadoria” apresentada, poderá descartá-la.

⁹ Matéria disponível no link: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/01/contratacao-uberizada-de-professores-por-aplicativo-ja-e-realidade>.

¹⁰ Assim como no caso de São Paulo, o Sinpro/RS também já está estudando formas de intervir nesse contexto, buscando a manutenção dos direitos dos professores.

Outro fator que aparece relacionado aos problemas enfrentados pelos professores que atuam no Ensino Superior é o excesso de trabalho que cabe a estes profissionais. Coutinho, Magro e Budde (2011) destacam o grande número de publicações que os professores de Pós-graduação necessitam ter para se manter integrados aos programas, para que este seja bem avaliado, além das várias horas que passam em sala de aula em contato direto com os alunos, inúmeras reuniões, orientações, captação de recursos (cada vez mais exigidas) e outras atividades extraclasse. Leite (2017) lista algumas das atividades que precisam ser desenvolvidas pelos docentes universitários e de Pós-Graduação: a administração da instituição através de conselhos e colegiados; inúmeras bancas de Mestrado, Doutorado e concursos; orientações de Graduação, Iniciação Científica, Especialização, Mestrado e Doutorado; responder *e-mails* e mensagens instantâneas que chegam em qualquer horário; alimentação do sistema de frequência e planos de aula; elaboração de relatórios e pareceres de projetos de pesquisa e extensão e de revistas; elaboração e execução de projetos com fomento externos para “agregação monetária ao docente e à instituição” (Ibidem, p. 211); publicação de artigos em revistas bem avaliadas em seus respectivos *rankings*; preparação das aulas para Graduação e Pós-Graduação; participação em eventos; participação em grupos de pesquisa; bem como elaboração e correção de provas e trabalhos da Graduação e Pós-graduação, entre tantas outras. Borsoi (2012, p. 83) também aponta que

O trabalho docente tem natureza tal, que permite que: seja realizado, em parte, fora do ambiente institucional; extrapole amiúde os limites específicos da jornada regimental contratada; não possibilite visibilidade clara de seu produto; dependa, em grande medida, de condições especiais para ser efetivado - a exemplo da preparação de aulas e da elaboração de textos científicos, artigos etc.; haja, por parte do professor, relativo controle sobre suas atividades, bem como sobre a entrada e saída da instituição.

O que se tornou ainda mais evidente durante a pandemia de COVID-19, a qual ainda estamos vivenciando. Nos dias atuais, talvez não tão fortemente, mas, principalmente no seu início, que obrigou os professores a trabalharem remotamente, acentuou essa exigência de trabalho extraclasse. Em questão de poucos dias, docentes de muitas instituições de ensino superior se viram na iminência de ministrar suas aulas de forma online, responder e-mails e mensagens instantâneas em tempo real, além de participar de eventos, bancas de defesa e qualificação de trabalhos de Graduação, Mestrado e Doutorado pelas plataformas de webconferências.

Do mesmo modo, esses professores passaram a receber ainda mais exigências dos próprios alunos, que, repletos de dúvidas e dificuldades com a nova modalidade de ensino, contatavam seus mestres, muitas vezes em horários de descanso com o intuito de operacionalizar os seus processos de aprendizagem acerca, às vezes, das tecnologias propostas pela instituição. Salientamos assim, que tais situações contribuem, ainda mais, na sobrecarga dos professores de todos os níveis de ensino, sobretudo, nos que atuam no Ensino Superior.

Os professores que atuam no Ensino Superior, muitas vezes, têm de assumir várias turmas de alunos, ministrar diferentes disciplinas, estar sempre em busca da atualização de seus conhecimentos (geralmente arcando com tais custos, ou seja, se autofinanciando quando faz aulas de língua estrangeira, quando comparece a eventos, etc.) e da adaptação às inovações tecnológicas, devendo fazer isso em horário extra ao tempo que passa na universidade. (JILLOU; CECÍLIO, 2015). Para Locatelli (2017) muitos professores acabam tendo que assumir várias disciplinas, algumas vezes, em diferentes universidades, disciplinas essas pouco ou nada relacionadas com suas áreas de estudo e pesquisa.

Talvez o que mais diferencia o docente que atua no Ensino Superior daquele que trabalha em outros níveis de ensino, em relação às atividades desenvolvidas e cobranças, seja a exigência por produção. E não é “qualquer” produção. Esses professores são cobrados para que alcancem, com suas publicações, pontuações altas, o que, conseqüentemente, faz com que o programa ao qual pertencem também seja bem avaliado (ALVES; OLIVEIRA; FRANCISCO, 2017).

Em pesquisa realizada por Borsoi (2012) com professores que atuam em programas de Pós-Graduação, percebeu-se que o número de publicações varia de uma a quatro por ano. A autora salienta, nesse caso, que “no que diz respeito à produção acadêmica, os docentes tendem a considerar que há uma ‘exigência desmedida de produtividade’ – leia-se, publicações”. Tal exigência justifica-se, de acordo com a autora (Ibidem, p. 89), pelas

[...] políticas de metas criadas pelas próprias instituições financiadoras e/ou reguladoras de parte do trabalho acadêmico. As instâncias acadêmicas e administrativas da universidade adotam os critérios estabelecidos por tais instituições. Com isso, os docentes veem-se forçados a segui-los, para ser considerados produtivos e para que os programas de pós-graduação aos quais estão vinculados obtenham conceitos suficientemente elevados para possibilitar a aquisição de bolsas e verbas de manutenção ou, simplesmente, para continuar existindo.

Isso não significa uma denúncia da escrita acadêmica, muito pelo contrário, pois entendemos a potência da divulgação de pesquisas nas diversas áreas como extremamente necessária, ainda mais no contexto nacional em que vivemos. Justamente porque se defende uma criteriosa produção acadêmica é que aqui se problematiza o quanto essa lógica neoliberal captura a criação escrita dos professores, transformando-a em produto para avaliar e classificar o trabalhador em termos quantitativos.

Em outras palavras, os professores atuantes no Ensino Superior estão cotidianamente expostos às mais diversas situações e cobranças para que produzam, ministrem boas aulas, participem da gestão da instituição, entre outras atividades já descritas. Essa nova lógica de trabalho que emerge na docência no Ensino Superior exige que os docentes sejam “empresários de si mesmos”, explicitando a engrenagem do neoliberalismo, o que significa dizer que a docência é produzida sob um quadro de racionalidade, e que não “[...] preexiste a si mesma. Suas formas, seus contornos, seus significados são constituídos a partir de um feixe complexo de relações”. (FABRIS; DAL’IGNA, 2013, p. 53-54). As autoras definem a docência no nível superior “na Contemporaneidade, [período em que] a regulação das condutas está, cada vez mais, relacionada com uma cultura empreendedora. Os/As docentes são cada vez mais regulados/as em função de seus desempenhos. Eles/Elas devem tornar-se sujeitos empreendedores que vivem suas vidas como um empreendimento”. (Ibidem, p. 55).

Pensin (2015) ratifica que a lógica que gere a docência universitária hoje é uma lógica neoliberal, baseada no que a autora chama de “empresariamento da educação”. (Ibidem, p. 1468). Tal afirmação é justificada pela autora no sentido de que se exige dos professores universitários que estejam constantemente se aperfeiçoando em formação continuada, sejam capazes de inovar, produzir ciência, promover um sujeito empreendedor, flexível, inovador, humano e cidadão. Aliás, a formação continuada passou a ser “uma estratégia de sobrevivência se considerada a lógica do empresariamento da educação”. (Ibidem, p. 1468). A autora ainda segue afirmando que a Pedagogia, hoje, está centrada na aprendizagem, a ponto de vivermos em uma sociedade da aprendizagem:

O acento na aprendizagem cria uma demanda educacional na medida em que constitui a necessidade de que todos (incluídos aí os professores) devam aprender sempre, em todos os lugares, em decorrência de qualquer situação e ao longo de toda a nossa vida o que nos faz perceber que há na sociedade contemporânea um forte

discurso (multiforme, que se utiliza de diferentes modos de linguagem e canais de comunicação) sobre a formação continuada. (Ibidem, p. 1470).

Pensando assim, tal posição tem implicações diretas no modo de subjetivação dos professores que atuam no Ensino Superior, visto que “ensinar perde sua ênfase na prática docente e os processos educativos escolares [...] não mais têm o ensino como prioridade e sim a mediação da aprendizagem do aluno, o que sugere que a ênfase da ação docente esteja colocada na facilitação da aprendizagem”. (Ibidem, p. 1470). Pensin (2015, p. 1473) aborda esse contexto, mas relacionando com a formação continuada, dizendo que:

A formação continuada do professor, na perspectiva do campo da Pedagogia Universitária, orienta-se pelo protagonismo do professor; pela complexidade da docência; pela articulação entre teoria e prática; pela potencialidade da reflexão e da reconstrução críticas das práticas docentes; pela compreensão de que isso se dá num processo de professoralidade que envolve a dimensão pessoal e profissional do professor, a dimensão individual (o professor como sujeito de seu processo formativo) e institucional (as políticas institucionais para a formação docente).

Ou seja, há muito envolvido na prática da docência universitária. Os professores não dão simplesmente a sua aula. Eles são atravessados por diferentes relações de poder e efeitos de verdade que os constituem e que vão muito além do que ocorre dentro da sala de aula. E os diversos sujeitos envolvidos nesse processo – alunos, instituição, órgãos de fomento, etc., além do próprio professor –, acabam tendo, cada um no seu espaço, forte impacto nos modos de subjetivação desses trabalhadores, uma vez que aqueles professores em processo de adoecimento seriam o outro da figura do sucesso acadêmico. O que, segundo Han (2017), irá produzir uma relação de auto exploração e auto responsabilização pelo seu sucesso ou fracasso, nessa coerção contemporânea em que se coloca o indivíduo a explorar a si mesmo até a exaustão, como que competindo consigo mesmo, para bater suas próprias metas. Daí que vivemos em um período que faz coincidir liberdade e coerção, ou melhor, liberdade para se auto explorar até o limite do adoecimento. E quando isso acontece, os professores são auto responsabilizados, uma vez que vivem em condições de “liberdade de escolha”. Assim, saúde e doença são também mercadorias nessa “feira de vidas” como diria Lazzarato (2014).

ALGUMAS PALAVRAS PARA FINALIZAR

Quando se fala em adoecimento docente, geralmente são estudados aqueles professores que estão afastados do trabalho em todos os níveis e modalidades de ensino. Em contrapartida, entendemos ser importante perguntar: e aqueles que continuam trabalhando em processo de adoecimento? Logo, será que o foco dos estudos tem sido o “adoecimento docente” ou a “falta de produtividade docente”? “E mais do que isso: doente é quem continua trabalhando nessa maquinaria ou quem se afasta? Como o professor é produzido como o responsável pela sua saúde e doença no contemporânea? Como a “saúde”, transformada em mercadoria, pode ser tomada como um dos modos de endividamento do professor universitário, quando vira qualidade de vida nesse discurso contemporâneo neoliberal?”

Nesse sentido, enfatizamos que o intuito é de provocar a reflexão acerca da (auto)cobrança e (auto)competição, tão presentes no mundo corporativo e que adentrou ao campo da educação e, especificamente, com muita força em algumas instituições de Ensino Superior não tão comprometidas com o processo formativo. O objetivo neste momento não é realizar uma crítica às universidades de modo generalizado e, muito menos, aos seus gestores e professores, uma vez que entendemos ser escolas e universidades ainda espaços possíveis para o exercício do pensamento e da criação de outras possibilidades de vida. O intuito foi o de pensar o quanto o discurso neoliberal que fragmenta e flexibiliza as relações de trabalho, precariza direitos e auto responsabiliza trabalhadores tem atravessado muitas das instituições de Ensino superior em nosso país. Assim, podemos destacar as práticas de competição por financiamento, pontuação acadêmica, avaliações institucionais e em larga escala, em que se passa a competir não somente com o outro, mas consigo mesmo para bater as próprias metas em tempos cada vez mais acelerados e que primam pelo super desempenho. “Como efeito dessas práticas, temos a valorização excessiva dos resultados em detrimento dos processos, a intensificação do trabalho, o sofrimento psíquico, o aumento da competitividade entre pares e o entendimento do fazer científico como uma via para o reconhecimento pessoal” (MAURENTE, 2019, p. 2).

Desse modo, podemos pensar o quanto o professor estaria sempre devendo, ainda mais em momentos como o que estamos vivendo de crise sanitária, econômica, política e social, com o agravamento das desigualdades. O

endividamento docente¹¹ fala de uma certa relação consigo, com os demais e com o mundo, sempre culpado e responsabilizado pelos seus fracassos, pois os docentes são transformados em minipresas que necessitam se auto gerenciar. Nesse sentido, se eu sou meu gerente, sou responsável pelos meus resultados de trabalho.

A partir disso, ao invés de falarmos em adoecimento docente como um dado individual, preferimos pensar como um sintoma contemporâneo de uma maquinaria adoecida que provoca tantos colapsos humanos nos espaços e temporalidades de instituições de ensino superior brasileiras.

Se aqueles professores que formam profissionais na graduação e pesquisadores na pós-graduação vão sendo produzidos nessa subjetivação empresarial, podemos nos perguntar mais uma vez: como está se operando a formação humana nas universidades? O que nos abre para uma outra questão: quais são, ainda, as brechas, espaços e tempos de respiro para outras possibilidades de existência nesse presente, nesse bonito encontro que pode se dar nas universidades entre pessoas, livros, conceitos, conversações, estudos, experiências e criações?

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia. Entrevista cedida a Ricardo Machado. Edição João Vitor Santos. **IHU On-Line**: revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, ed. 503, 24 abr. 2017. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6826-uberizacao-traz-ao-debate-a-relacao-entre-precarizacao-do-trabalho-e-tecnologia>. Acesso em: 07 fev. 2020.

ALVES, Renner Coelho Messias; OLIVEIRA, Victor Miranda de; FRANCISCO Loreane da Silva. A educação produtiva e a produtividade da educação: consequências do produtivismo acadêmico. **Revista FOCO**, v. 10, n. 2, p. 188-207, 2017.

¹¹ Esse conceito foi operado pela Doutora Helena Venites Sardagna, mas por outra perspectiva, para olhar a formação docente, ao passo que olhamos o endividamento docente transformando a saúde em mercadoria nessa lógica neoliberal contemporânea, em que o professor estaria devendo qualidade de vida, sendo auto responsabilizado por isso.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de; LIRA, Fernanda Barreto; PINTO, Jaidla Eulídia da Silva. Os rituais do sofrimento e as mortes lentas no meio ambiente do trabalho. As respostas da teoria jurídico-trabalhista crítica às barbáries contemporâneas e à “reforma trabalhista”. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 122-154, set./dez. 2017.

BACKES, Marli Terezinha Stein; ROSA, Luciana Martins da; FERNANDES, Gisele Cristina Manfrini; BECKER, Sandra Greice; MEIRELLES, Betina Hörner Schlindwein; SANTOS, Sílvia Maria de Azevedo dos. Conceitos de saúde e doença ao longo da história sob o olhar epidemiológico e antropológico. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 111-117, 2009.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 15, n. 1, p. 81-100, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília-DF, 2017.

COUTINHO, Maria Chalfin; MAGRO, Márcia Luiza Pit Dal; BUDDE, Cristiane. Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 13, n. 2, p. 154-167, 2011.

FABRIS, Eli Teresinha Henn; DAL'IGNA, Maria Cláudia. Processos de fabricação da docência inovadora em um programa de formação inicial brasileiro. **Pedagogía y Saberes**, Bogotá, n. 39, p. 49-60, 2013.

FABRIS, Eli Teresinha Henn; SILVA, Roberto Rafael Dias Da. A cultura do novo capitalismo. **Educar**, Curitiba, v. 26, n. 37, p. 317-322, 2010.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da medicina social**. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

JILLOU, Vivian; CECÍLIO, Sálua. Condições de trabalho docente e sofrimento psíquico no ensino superior privado. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 233-241, dez. 2015.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: N-1 edições, 2014.

LEITE, Janete Luzia. Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 207-215, 2017.

LOCATELLI, Cleomar. Os professores no ensino superior brasileiro: transformações do trabalho docente na última década. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 248, p. 77-93, jan./abr. 2017.

LOURENÇO, Luciana de Fátima Leite; DANCZUK, Rutes de Fátima Terres; PAINAZZER, Daiany; PAULA JUNIOR, Newton Ferreir de; MAIA, Ana Rosete Camargo Rodrigues; SANTOS, Evanguelia Kotzias Atherino Dos. A Historicidade Filosófica do Conceito de Saúde. **História da Enfermagem Revista Eletrônica (HERE)**, v. 3, n. 2, p. 17-35, 2012.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Caminhamos cada vez mais para o labirinto jurídico criado pela reforma trabalhista. **Revista Consultor Jurídico**, 27 fev. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-fev-27/souto-maior-reforma-trabalhista-labirinto-juridico#author>. Acesso em: 07 fev. 2020.

MAURENTE, Vanessa Soares. Neoliberalismo, ética e produtividade acadêmica: subjetivação e resistência em programas de pós-graduação brasileiros. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, 2019.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 15, n. 1-3, p. 34-38, 1995.

MOREIRA, Rene. Prefeitura de Ribeirão Preto planeja criar 'Uber do Professor'. **In: JORNAL O ESTADÃO**. 22 jul. 2017. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-de-ribeirao-preto-planeja-criar-uber-do-professor,70001899946>. Acesso em: 05 fev. 2020.

PENSIN, Daniela Pederiva. A constituição da docência universitária em tempos de empresariamento da educação superior. **In: EDUCERE. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. 12., 2015, Curitiba. **Anais**. Curitiba: PUCPR, 2015. p. 1467-1481.

PICCININI, Cláudia Lino. Sobre precarização, flexibilização e intensificação do trabalho do educador ambiental: percursos na formação e na atuação profissional. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 9, n. 2, p. 67-82, 2014.

RODRIGUES, Patrícia Ferreira; ALVARO, Alex Leandro Teixeira; RONDINA, Regina. Sofrimento no trabalho na visão de Dejours. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, Garça, ano 4, n. 7, nov. 2006.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante, 2017.

Recebido em 18/07/2022

Aprovado em 05/12/2022